

Saúde, Condições e Qualidade de vida no Trabalho

1. Nossa categoria está adoecida e sobrecarregada por metas cada vez mais pesadas e por um modelo de gestão produtivista que não respeita nem os limites físicos nem psicológicos dos servidores e servidoras. Várias deliberações já foram aprovadas em todas as instâncias nacionais da Fenajufe, porém pendem de execução. Entendemos a dificuldade de enfrentamento de pautas variadas e nesse momento, de intensos ataques ao Serviço Público e servidores e servidoras, as dificuldades se redobram. Porém, é necessário o esforço de ação referente as condições de trabalho e saúde física e mental de nossa categoria que justamente nesse momento de ataques precisará de maior suporte.
2. Para garantirmos saúde física e mental, condições e qualidade de vida no trabalho precisamos que a Fenajufe seja capaz de fazer a crítica de forma consistente e propositiva ao desmonte do PJU e MPU, ao modelo de gestão produtivista, ao autoritarismo crescente, as metas abusivas, ao assédio moral e demais violências nos ambientes de trabalho que estão cada vez mais frequentes. E sobretudo ter capacidade de fazer a defesa dessa pauta junto nos Conselhos Superiores, especialmente o CNJ e junto ao STF.
3. Além disso, é necessário que a Fenajufe cumpra o papel de formadora e de suporte aos seus sindicatos de base nesse tema.
4. O Coletivo de Saúde no Trabalho da Fenajufe, o Consaúde terá seu primeiro encontro realizado em 25 de novembro de 2017.
5. Também está garantido a organização do Seminário Nacional de Saúde do Servidor e servidora, dia 24 de novembro de 2017 e que precederá o encontro do Consaúde e será realizado em conjunto com a Fenajud (federação nacional dos trabalhadores do Judiciário nos estados), também em cumprimento a deliberação do último Congresso de ação conjunta com essa entidade.
6. Esse encontro, assim como os outros 2 encontros nacionais de saúde estão dentro do foco de formação do tema saúde do trabalhador(a) e com ênfase na questão do Assédio Moral. Esse tema está também garantido na nossa XX Plenária dentro de seu temário.
7. São avanços concretos mas ainda insuficientes para darmos conta do enfrentamento dos problemas que vitimam nossa categoria nos locais de trabalho no dia-a-dia.
8. Precisamos contar com uma assessoria de saúde na Fenajufe que possa ajudar a dar vida a uma ação continuada de formação e apoio aos nossos sindicatos no tema saúde do trabalhador e trabalhadora. Essa deliberação já está aprovada mas pende de execução pela direção da Fenajufe.
9. Precisamos estabelecer nacionalmente uma política realmente permanente em saúde, condições e qualidade de vida no Trabalho para os servidores e servidoras do PJU e MPU.
10. Assim também, precisamos constituir um Fórum Nacional da Fenajufe de Combate ao Assédio Moral no PJU e MPU, para dar vazão ao debate sobre essa grave violência, repercutir ações de combate nos nossos sindicatos de base. Defendemos que esse Fórum seja constituído em conjunto com a Fenajud, o que além de uma troca rica em experiências fortaleceria nossa luta contra esse grave crime contra os servidores e servidoras que é o assédio moral no trabalho.

11. Assim, entendemos que nosso Plano de lutas, especificamente em relação à saúde e condições de trabalho, deva reivindicar:
12. Revogação da EC 95/16 que congela investimentos públicos e que na prática significa diminuição do quadro a partir da não reposição de servidores e servidoras que se aposentam; sucateamento das condições de trabalho, exigências de metas absurdas para dar conta do mesmo trabalho com mesmo servidores e servidoras e mais abuso de poder e assédio moral nos locais de trabalho.
13. Diminuição da intensificação do trabalho por meio da diminuição da carga e da jornada de trabalho e da instituição de pausas no trabalho, como estabelecido na NR17.
14. Lutar contra as avaliações punitivas e que permitam perseguição de servidores e servidoras. Por um modelo de avaliação dos servidores mais democrático.
15. Lutar para que os órgãos garantam mobiliário adequado, mesas, cadeiras, apoios para pés, monitores e sistemas mais amigáveis para o PJe ou para qualquer sistema eletrônico que esteja em uso;
16. Cobrar que as administrações dos tribunais assumam o firme compromisso de combate ao assédio moral no trabalho;
17. Que a Fenajufe constitua Fórum Nacional de Combate ao Assédio Moral e que busque a Fenajud para constituição em conjunto com aquela entidade;
18. Combate à terceirização no PJu/MPU
19. Que a Fenajufe garanta a estrutura necessária para o funcionamento do Coletivo de Saúde no Trabalho da Fenajufe – Consaúde, com a efetivação da contratação de assessoria técnica em saúde, já aprovada em Congresso

Coletivo Democracia e Luta